

RECURSO ESPECIAL Nº 1.688.289 - RJ (2017/0184280-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : RAQUEL DE SOUZA BARBOSA DA SILVA
RECORRENTE : GLEIDSON RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTRO(S) - RJ097626

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por RAQUEL DE SOUZA BARBOSA DA SILVA e OUTRO, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 267/268, e-STJ):

DIREITO ADMINISTRATIVO. SFH. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. AGRAVO RETIDO. PERÍCIA. ÔNUS DA PROVA. ANATOCISMO DO SISTEMA SAC. NÃO CONFIGURADO. REVÊS. SITUAÇÃO FINANCEIRA.

1. Os Autores adquiriram imóvel, através de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação, em 11/11/2005 e requerem que sejam revistas cláusulas do contrato para minimizar abusos na cobrança das prestações. Com isso, argumentam que têm direito à revisão do contrato para afastar cláusulas abusivas e excessivamente onerosas, conforme inteligência do CDC. A sentença monocrática julgou improcedentes os pedidos.

2. A inversão do ônus da prova não se dá de forma automática e não decorre da configuração de relação de consumo, mas depende, a critério do juiz, de caracterização da verossimilhança da alegação e da hipossuficiência do consumidor no que tange a conseguir a prova almejada, o que não se configurou na hipótese.

3. A interpretação das cláusulas e das leis que regem os contratos de SFH é atividade do Juiz, e somente após sua avaliação, há sentido em se produzir laudo pericial contábil, para aferir a aplicação do que tiver sido determinado pelo Juízo. Inexiste, pois, cerceamento de defesa na hipótese.

4. Os financiamentos para a aquisição de moradia têm inegável cunho social. No entanto, não se pode confundir esse caráter social com um caráter assistencialista. Por essas razões, não pode o Código de Defesa do Consumidor servir de salvo-conduto ao mutuário, para adotar índices e sistemas de amortização que mais lhe convenham.

5. O Sistema de Amortização Constante - SAC pressupõe que a atualização das prestações do mútuo permaneça atrelada aos mesmos índices de correção do saldo devedor, o que permite, em tese, a manutenção do valor da prestação, em patamar suficiente para a amortização constante da dívida e redução do saldo devedor, e possibilita a quitação do contrato no prazo convencionado. A atualização das prestações e a amortização do saldo devedor, na forma como previstos e pactuados, não implicam pré -fixação de juros, nem saldo residual ao final do financiamento. Assim, esse sistema permite, ao longo do tempo, o decréscimo contínuo do saldo devedor, bem como a redução dos juros mensais e das prestações, evitando-se a ocorrência de anatocismo.

6. Do exame da Planilha de Evolução do Financiamento verifica-se que,

nas únicas 23 prestações adimplidas pelos Autores, a capitalização implicou em raras amortizações negativas. O que se percebe é o inadimplemento das prestações a partir de 11/11/2007, apontando a CEF um débito de R\$ 7.909,71, em 11/02/2009 e um saldo devedor de R\$ 39.485,80. Os elementos colacionados aos autos não demonstram, pois, qualquer cobrança abusiva a justificar o inadimplemento do Autor, que apenas pagou 23 prestações das 240 pactuadas.

7. O Mutuário pode refinanciar o contrato em caso de perda de renda ou desemprego. Entretanto, o revés na situação financeira do mutuário principal não tem o condão de impor alteração no contrato firmado, podendo, tão somente, provocar a revisão do negócio junto à Ré, através da renegociação, o que não pode ser imposto, pois depende da análise da viabilidade de adequação do contrato à nova realidade fática. Precedentes: AC 200651010037536, Desembargador Federal GUILHERME COUTO, TRF2 - SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::23/01/2012 - Página::86/87; AC 200981000161134, Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, TRF5 - Terceira Turma, DJE -Data.: 10/06/2011 - Página::20).

8. Agravo retido desprovido. Apelação desprovida.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes apontam ofensa aos artigos 475-B, § 3º, 515, § 1º, e 535, do CPC/73; 6º, VIII, do CDC; e 317, 421 e 478 do CC/02.

Sustentam, em síntese, que "a perícia contábil se faz necessária para apurar o alegado desequilíbrio da relação contratual decorrente da abusividade no reajuste das prestações do financiamento e o alegado anatocismo".

Afirmam, "tratando de contrato de adesão celebrado no âmbito das relações de consumo com hipossuficiente econômico, resta inegável a necessidade de inversão do ônus da prova".

Pretendem a "aplicação da Teoria da Imprevisão ao contrato em comento de modo a restabelecer o equilíbrio da relação contratual abalada por motivo alheio à vontade do embargante".

Contrarrazões apresentadas às fls. 336/344 (e-STJ).

Após a decisão de admissão do recurso especial (fl. 347, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, destaca-se que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei nº 13.105/2015, pelo que o recurso em análise está sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme o Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

2. No tocante à apontada violação ao artigo 535 do CPC/73, deve ser ressaltado que no recurso especial há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido. Ante a deficiente fundamentação do recurso neste ponto, incide a Súmula 284 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA. LEI 8.270/91. ATUALIZAÇÃO DECORRENTE DE REVISÃO GERAL. PRECEDENTES DO STJ. OMISSÃO DO ACÓRDÃO REGIONAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro, bem como da sua relevância para a correta solução da controvérsia. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284/STF.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1654714/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 20/06/2017)

3. Ressalta-se, outrossim, que o art. 515, § 1º, do CPC/73, contido nas razões do recurso especial, sequer foi objeto de decisão pelo Tribunal de origem, faltando pertinência temática com a temática discutida nos autos, o que, mais uma vez, atrai a incidência do óbice recursal da Súmula 284/STF, ante a deficiência das razões recursais.

4. Na espécie, a Corte Regional, ao negar provimento ao apelo dos insurgentes, consignou a ausência dos requisitos para a pretendida inversão do ônus da prova, bem como ser desnecessária a produção de prova pericial, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 258/259, e-STJ):

A inversão do ônus da prova não se dá de forma automática e não decorre da configuração de relação de consumo, mas depende, a critério do juiz, de caracterização da verossimilhança da alegação e da hipossuficiência do consumidor no que tange a conseguir a prova almejada, o que não se configurou na hipótese.

(...)

Entendeu o Magistrado na decisão impugnada que diante da efetiva amortização do saldo devedor do financiamento, inócua seria a produção de prova pericial (fls.186/187).

Ressalte-se que, muitas vezes é desnecessária a produção de prova pericial contábil para o deslinde da questão posta nos autos, questão meramente de direito. Temos que, a interpretação das cláusulas e das leis que regem os contratos de SFH é atividade do Juiz, e somente após sua avaliação, há sentido em se produzir laudo pericial contábil, para aferir a aplicação do que tiver sido determinado pelo Juízo. Inexiste, pois, cerceamento de defesa na hipótese.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, quanto à necessidade de produção de prova pericial contábil ou da inversão do ônus probatório, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado e o revolvimento das provas juntadas aos autos, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA

HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL - SFH. INDEFERIMENTO. PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não há falar em cerceamento de defesa em razão da valoração promovida pelo magistrado das provas coligidas aos autos, porquanto no nosso sistema processual o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

2. É defeso, em sede de recurso especial, análise quanto à necessidade de produção de prova pericial, haja vista demandar a incursão nos elementos fático-probatórios dos autos. Incidência da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 174.041/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 03/02/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PERÍCIA ATUARIAL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA E REEXAME DE PROVA. SÚMULAS STJ/5 e 7. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

I - Tendo concluído o Colegiado Estadual que é desnecessária a realização de perícia atuarial para que se forme a convicção do Juízo a respeito da matéria, não poderá a questão ser revista nesta sede excepcional sem o reexame das circunstâncias fáticas da causa, o que é vedado em âmbito de Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

(...)

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no Ag 1156394/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 04/05/2011)

5. Por fim, no que pertine à possibilidade de revisão das cláusulas contratuais, aplicação da teoria da imprevisão, o acórdão recorrido adotou a seguinte posição (fls. 260/263, e-STJ):

Os Autores adquiriram imóvel, através de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação, em 11/11/2005 e requerem que sejam revistas

cláusulas do contrato para minimizar abusos na cobrança das prestações. Com isso, argumentam que têm direito à revisão do contrato para afastar cláusulas abusivas e excessivamente onerosas, conforme inteligência do CDC. A sentença monocrática julgou improcedentes os pedidos.

É sabido que, no direito contemporâneo, a obrigatoriedade dos contratos foi relativizada, permitindo a revisão do negócio e até a sua resolução, em virtude de transformações imprevisíveis que onerem demasiadamente a situação jurídica de uma das partes. No entanto, tal abordagem não aboliu o princípio da força obrigatória dos contratos, nem pode ser invocada para justificar a pretensão de reformulação de contratos, impondo índices e sistemas de amortização à Ré, pelo tão só fato de ter a execução contratual se tomado mais onerosa.

(...)

Ressalte-se que os juros capitalizados decorrem de qualquer sistema de amortização que adote juros compostos. Do exame da Planilha de Evolução do Financiamento (fl. 132/134), verifica-se que, nas únicas 23 prestações adimplidas pelos Autores, a capitalização implicou em raras amortizações negativas. **O que se percebe é o inadimplemento das prestações a partir de 11/11/2007, apontando a CEF um débito de R\$ 7.909,71, em 11/02/2009 e um saldo devedor de R\$ 39.485,80 (fl. 131). Os elementos colacionados aos autos não demonstram, pois, qualquer cobrança abusiva a justificar o inadimplemento dos Autores, que apenas pagaram 23 prestações das 240 pactuadas.**

Nesse sentido, o depósito mensal das prestações no valor de R\$ 250,00 em nada resolverá tamanho inadimplemento. Não obstante os Autores possam se dirigir ao agente financeiro para renegociar a dívida existente.

De fato, o Mutuário pode refinanciar o contrato em caso de perda de renda ou desemprego. Entretanto, o revés na situação financeira do mutuário principal não tem o condão de impor alteração no contrato firmado, podendo, tão somente, provocar a revisão do negócio junto à Ré, através da renegociação, o que não pode ser imposto, pois depende da análise da viabilidade de adequação do contrato à nova realidade fática.

No tocante à teoria da imprevisão, é cabível a revisão contratual quando houver desequilíbrio econômico-financeiro, demonstrado concretamente por onerosidade excessiva e imprevisibilidade da causa de aumento desproporcional da prestação, o que não se verificou.

A teoria da imprevisão, que visa resguardar a comutatividade do contrato nas bases em que celebrado, para ser aplicada exige a ocorrência de eventos excepcionais, que modificam a estrutura da base do negócio, tais como: (a) ocorrência de acontecimento extraordinário e imprevisível no momento da celebração; (b) que o evento imprevisível interfira no cumprimento da obrigação de modo a tornar excessivamente onerosa a prestação para uma das partes; e (c) que gere enriquecimento inesperado e sem causa.

No caso concreto, não restou demonstrado nenhum fato excepcional e imprevisível que interferisse de forma decisiva para o cumprimento da obrigação, pois a simples diminuição de renda ou a perda do emprego por parte do mutuário não podem ser considerados como eventos imprevisíveis e, portanto, não importa, por isso, considerar-se questão superveniente a tornar excessivamente oneroso o cumprimento do contrato regularmente estabelecido, que deve ser cumprido em homenagem ao princípio da boa-fé objetiva insculpido no art. 422, do Código Civil.

No presente caso, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ, não sendo possível, nessa sede, afirmar se estão presentes os requisitos fáticos para a configuração do instituto da lesão ou da aplicação da teoria da imprevisão, sem o revolvimento do acervo fático-probatórios dos autos.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. TEORIA DA IMPREVISÃO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

2. A alteração da conclusão adotada pelo acórdão recorrido a respeito da impossibilidade de aplicação da Teoria da Imprevisão, tal como postulada nas razões do apelo especial, demandaria novo exame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1156568/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 29/06/2012).

6. Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator